



Número: **0800556-47.2020.8.15.0301**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Pombal**

Última distribuição : **10/06/2020**

Valor da causa: **R\$ 3.037,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO (AUTOR)		JAQUES RAMOS WANDERLEY (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
TIAGO MARTINS FORMIGA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
31453 507	10/06/2020 17:08	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
31453 512	10/06/2020 17:08	<a href="#">1 PROCURACAO, ISENCAO E HIPOSSUFICIENCIA</a>	Procuração
31453 514	10/06/2020 17:08	<a href="#">2 DOCUMENTOS PESSOAIS</a>	Documento de Identificação
31453 517	10/06/2020 17:08	<a href="#">3 COMPROVANTE DE RESIDENCIA</a>	Documento de Comprovação
31453 518	10/06/2020 17:08	<a href="#">4 B.O CIVIL VITIMA</a>	Documento de Comprovação
31453 519	10/06/2020 17:08	<a href="#">5 DUT MOTO E DADOS DA MOTO</a>	Documento de Comprovação
31453 521	10/06/2020 17:08	<a href="#">6 DOCUMENTOS MÉDICOS</a>	Documento de Comprovação
31453 522	10/06/2020 17:08	<a href="#">7 PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO</a>	Documento de Comprovação
31583 365	16/06/2020 08:57	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
31583 374	16/06/2020 09:00	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
32351 834	15/07/2020 11:57	<a href="#">Juntada documentos comprovam hipossuficiencia</a>	Petição
32351 837	15/07/2020 11:57	<a href="#">GuiaCustas (18)</a>	Outros Documentos
32351 840	15/07/2020 11:57	<a href="#">CARTÃO BOLSA FAMÍLIA</a>	Outros Documentos
32351 842	15/07/2020 11:57	<a href="#">CTPS</a>	Outros Documentos
32351 844	15/07/2020 11:57	<a href="#">EXTRATOS BANCARIOS</a>	Outros Documentos
32376 288	15/07/2020 22:48	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
32788 546	30/07/2020 10:55	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
32788 931	30/07/2020 11:00	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
32788 932	30/07/2020 11:00	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

32788 933	30/07/2020 11:00	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
--------------	------------------	-------------------------	---------

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE POMBAL – PB.**

**MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO**, brasileira, solteira, agricultora, inscrita no CPF sob o nº. 054.416.494-61 e no RG sob o nº. 3030755 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua João Lúcio Pereira, 243, Centro, Pombal-PB, por meio de seu procurador e advogado que esta subscreve, Dr. Jaques Ramos Wanderley, OAB/PB 11.984, com endereço no rodapé, vem, perante Vossa Excelência, ajuizar a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA  
DO SEGURO DPVAT**

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, situada a Rua Senador Dantas, 76, 3º andar, CEP: 20.031-201, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos fatos e motivos que passa a aduzir:

**1. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

Cumprе salientar que o Requerente não possui condições financeiras de arcar com custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo ao seu próprio sustento e de sua família, por se tratar de simples agricultora, não auferindo renda fixa, e do pouco que ganha só dá para pagar as despesas mais básicas.



Conforme declaração de isenção de imposto de renda e declaração de pobreza, a Autora declara ser pobre na forma da lei e requer os benefícios da justiça gratuita, nos termos do artigo 95 do Código de Processo Civil de 2015.

## 2. DOS FATOS

A promovente foi vítima de acidente de trânsito no dia 06 de dezembro de 2019, conforme boletim de ocorrência, em anexo.

Do malsinado acidente, o Promovente sofreu grave **FRATURA NO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO**, tendo sofrido ainda corte contuso, luxação no ombro, ferimentos e escoriações ao longo do corpo, conforme exames e documentos médicos anexos à Exordial.

Tendo o mesmo sido submetido à **procedimento cirúrgico**, e, mesmo após os tratamentos realizados, permanece impossibilitado de praticar suas atividades diárias, em detrimento DAS FORTES DORES SOFRIDAS, DORMÊNCIA, PERDA DA FORÇA, BLOQUEIO, RIGIDEZ E ESQUECIMENTO DAS ARTICULAÇÕES E TENDÕES DO BRAÇO ESQUERDO, O QUE TEM LHE CAUSADO DIFICULDADE PARA APREENDER, MANUSEAR E SUSTENTAR OBJETOS COM O REFERIDO MEMBRO, ALÉM DE LIMITAÇÃO NA AMPLITUDE DE SEU MOVIMENTO.

Logo, conforme Laudo Médico acostado aos autos, a Promovente sofreu lesões de caráter grave e ainda apresenta sequelas, fazendo **jus à indenização em seu “grau médio – 50%”**, que corresponde à importância de **R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**, conforme estabelece a Lei 6.194/74 cominada com a TABELA da SUSEP em anexo.

Diante os fatos, requereu administrativamente a empresa demandada o pagamento da indenização do seguro Obrigatório DPVAT (**SINISTRO: 3200090087**), referente à invalidez permanente constante no Laudo Médico e demais documentos médicos em anexo.

Acontece Excelência, que a seguradora pagou uma indenização bem aquém do devido, pagando-lhe, no dia 30 de abril de 2020, apenas a importância de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), devendo, assim, ser condenada a complementar o pagamento, com a importância de **R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, os quais devem ser acrescidos de juros e correção monetária.



### 3. DO DIREITO

#### I - REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA

A matéria encontra-se regulamentada pela lei 6.194/74, que determina o pagamento de indenização máxima no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) aos beneficiários das vítimas de acidentes de trânsito, em caso de invalidez intensa de um dos membros, consoante se depreende, da leitura do caput do art. 3º, e inciso II, alterada pela LEI 11.482/07, in verbis:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Todavia, as seguradoras não cumpriram sequer com os normativos da CNSP, pois não estabeleceu índices percentuais correspondente a debilidade que ficou sujeito o promovente.

Desta forma, aplicando-se os limites estabelecidos pela lei, bem como usando a própria TABELA DA CNSP, percebe-se que a indenização foi paga em valores inferiores aos realmente devidos, merecendo pois ser feita justiça, condenando-se a empresa promovida ao pagamento do valor devido.

As seguradoras não vêm cumprindo o que determina a lei, alegando em seu favor RESOLUÇÕES editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que fixam os valores das indenizações para cada tipo de cobertura.

Outrossim, registre que os documentos anexados, são suficientes a um julgamento meritório, sendo dispensado a apresentação de Laudo do UML.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJMG que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - INDEFERIMENTO**



DA PETIÇÃO INICIAL - DOCUMENTO DISPENSÁVEL - INÉPCIA NÃO CONFIGURADA - EXTINÇÃO PREMATURA - SENTENÇA CASSADA. É dispensável a juntada do Laudo do IML ou outro documento médico para instruir a ação de cobrança de seguro DPVAT, uma vez que é possível a comprovação do grau e da extensão das lesões durante a instrução processual. (TJ-MG - AC: 10686140012978001 MG, Relator: Aparecida Grossi, Data de Julgamento: 08/04/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/04/2015).

AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - IRRELEVÂNCIA - INÉPCIA DA INICIAL - NÃO OCORRÊNCIA - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - Para a propositura de ação de cobrança do seguro DPVAT não é indispensável a juntada, com a inicial, de laudo do IML, motivo por que não se pode falar em inépcia da inicial, em ação de tal natureza, tão só porque não veio instruída com tal documento.

(TJ-MG - AC: 10024123336687001 MG, Relator: Evandro Lopes da Costa Teixeira, Data de Julgamento: 15/05/2014, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/05/2014).

Aliás, tal entendimento não é isolado, senão vejamos:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML. IRRELEVÂNCIA. DOCUMENTAÇÃO QUE ACOMPANHA A PEÇA EXORDIAL É SUFICIENTE PARA AFASTAR A INÉPCIA DA INICIAL. SENTENÇA CASSADA. BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. APELO PROVIDO. (TJPR - 10ª C. Cível - AC - 1257132-5 - Marechal Cândido Rondon - Rel.: Ângela Khury - Unânime - - J. 05.03.2015) (TJ-PR - APL: 12571325 PR 1257132-5 (Acórdão), Relator: Ângela Khury, Data de Julgamento: 05/03/2015, 10ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1556 04/05/2015). (Grifei)

## II - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em casos de Seguro Obrigatório DPVAT, quando se tratar de verba complementar indenizatória, a correção monetária deverá iniciar-se a partir da data do ato ilícito que ensejou prejuízo para a vítima, compreendendo portanto, a data em que a seguradora não adimpliu corretamente ao pagamento em via administrativa, fazendo-o a menor. Deste modo entende o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA em sua Súmula 43 que assim preleciona: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo".



Coadunando com este mesmo entendimento, segue julgado do ilustre Relator José Sebastiao Fagundes Cunha do TJPR - Apelação Cível: AC 4451245 PR 0445124-5:

RECURSO DE APELAÇÃO COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA RECEBIDA PARCIALMENTE. QUITAÇÃO DO VALOR PAGO À MENOR. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO VINCULADA AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO CNSP. NORMA QUE NÃO PODE SOBREPOR-SE À LEI ORDINÁRIA. HIERARQUIA DAS NORMAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA 43 DO STJ. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. RECURSO ADESIVO COBRANÇA. SEGURO DPVAT. QUITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EFETUADA A MENOR. INCIDÊNCIA DE JUROS DESDE O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. JUROS. 1% AO MÊS A PARTIR DA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 - (12.01.2003) - E INCIDÊNCIA DE 0,5% ANTES DESTA DATA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. 1. Restando demonstrado que o valor do seguro obrigatório DPVAT não foi pago em sua integralidade (40 salários mínimos), faz jus a autora ao recebimento da diferença entre o que foi pago e o que deveria sê-lo.

(...)

4. Súmula 43 do STJ: "Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo". No caso em apreço, verificou-se o ato ilícito contratual da seguradora quando não adimpliu corretamente, em sede administrativa, com a sua obrigação junto aos beneficiários do seguro obrigatório, motivo pelo qual é a partir desta data que a correção monetária deve incidir.

Consoante o exposto, pedimos licença para deixa de discorrer sobre o mérito, para adentrarmos nos pedidos.

#### **4. DOS PEDIDOS**

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

a) a citação da Promovida no endereço descrito no pórtico desta, para que no prazo legal em querendo, contestar a presente ação, sob pena de sofrer os efeitos da revelia e confissão;



b) seja a ação julgada procedente, para condenar a Promovida ao pagamento de **R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, a título de indenização pelos danos em epígrafe, devidamente acrescidos de juros mora a partir da citação da empresa promovida e correção monetária, a contar da data em que ocorreu o acidente (06/12/2019);

c) a inversão do ônus da prova, nos precisos termos do art. 6º, VIII do CODECOM;

d) seja concedido os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais por insuficiência de recursos.

e) a condenação da empresa promovida nas custas processuais, honorários advocatícios no valor de 20% e demais emolumentos legais.

Requer que **seja dispensada a designação da audiência de conciliação**, nos termos do art. 319, VII c/c art. 334, §4º, I do Novo Código de Processo Civil, tendo em vista a prática de atitudes reiteradas da Promovida em não demonstrar interesse na realização da COMPOSIÇÃO CONSENSUAL.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, além dos documentos que seguem em anexo, bem como REQUER, desde já, a produção de prova pericial, com a juntada dos quesitos.

Dar-se à causa para os devidos fins fiscais, o valor de **R\$ 3.037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Termos em que,

Pede deferimento.

Pombal – PB, 10 de junho de 2020.

**Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY**





**- OAB/PB 11.984 –**

**Dr. GUSTAVO RAMOS WANDERLEY**

**- OAB/PB 27.708 -**



**PROCURAÇÃO PARTICULAR**

**OUTORGANTE:** MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO, BRASILEIRA, SOLTEIRA, AGRICULTORA, COM RG: 3030755 SSP/PB E CPF: 054.416.494-61, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA JOAO LUCIO PEREIRA, 243, CENTRO, CEP: 58.840-000, POMBAL – PB.

**OUTORGADO:** Dr. JAQUES RAMOS WANDERLEY, brasileiro, casado, advogado OAB/PB 11.984, RG 2428326 SSP/PB, CPF nº 032.976.134-08; Drª. MAYARA QUEIROGA WANDERLEY, brasileira, casada, advogada, OAB/PB nº 18.791, RG 3141039, SSP/PB, CPF nº 059.842.772-09, ambos com escritório profissional a rua Francisco Almeida, nº 219, centro CEP: 58.840-000, Pombal – PB. Tele-fax: (83) 3431-1825 / Cel. (83) 9 9974-6390 (TIM) e (83) 9 8164-0979 (VIVO)

**PODERES:**

Pelo presente instrumento de mandato, o(a) outorgante acima qualificado(a), nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador, com os mais amplos poderes, inclusive os gerais para o foro, representá-lo em juízo ou fora dele, de acordo com o estatuto da Advocacia – Lei 8.906/94, bem como perante qualquer repartição pública Federal, Estadual ou Municipal podendo dito procurador, com vistas ao cabal desempenho deste mandato, tudo requerer e praticar, patrocinar a defesa dos interesses do(a) outorgante como autor(a) ré(u), oponente, assistente, ou de qualquer forma interessada, usar dos poderes contidos na cláusula “*ad judicium*”, mais os **poderes especiais** de receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, acordar, discordar, arguir suspeições, excepcionar, prestar caução, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15) e finalmente praticar todo e qualquer ato que se faça necessário ao fiel e cabal desempenho do presente mandato, dando tudo por firme e valioso.

Os poderes específicos acima outorgados poderão ser substabelecidos.

POMBAL - PB, 20/ 02/ 2020.

Maria Da Guia Sousa Nascimento  
Outorgante



## DECLARAÇÃO DE ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA

**MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, AGRICULTORA, COM RG: 3030755 SSP/PB E CPF: 054.416.494-61, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA JOAO LUCIO PEREIRA, 243, CENTRO, CEP: 58.840-000, POMBAL – PB em conformidade com a Lei nº 7.115/1983<sup>1</sup>, declaro que sou isenta da obrigação de declarar o imposto de renda devido ao fato de não me enquadrar nas condições especificadas pela Receita Federal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Pombal - PB, 20 de FEVEREIRO de 2020.

Maria Da Guia Sousa Nascimento

<sup>1</sup> Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864/2008, de 25 de julho de 2008, deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir do ano de 2008. A isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme previsto na Lei 7.115/83.



### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

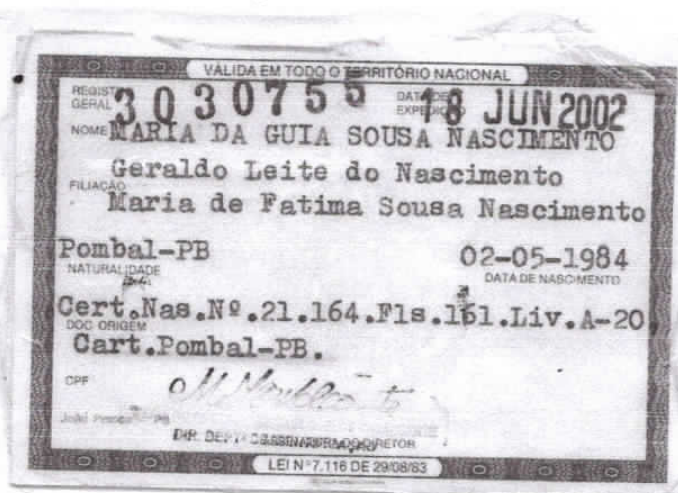
MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO, BRASILEIRA, SOLTEIRA, AGRICULTORA, COM RG: 3030755 SSP/PB E CPF: 054.416.494-61, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA JOAO LUCIO PEREIRA, 243, CENTRO, CEP: 58.840-000, POMBAL – PB, declara sob as penas da lei, que não pode arcar com despesas processuais por insuficiência de recursos, pelo que, nos termos assegurados pelos arts. 98 e seguintes do Código de Processo Civil/2015, faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça.

Declaro, ainda, ser conhecedor das sanções civis, administrativas e criminais, caso o presente documento não porte a verdade.

Pombal-PB, 20 de FEVEREIRO de 2020.

Maria Da Guia Sousa Nascimento  
DECLARANTE







GERALDO ALVES DE SOUSA  
RUA JOAO LUCIO PEREIRA, 243 - CENTRO  
POMBAL / PB CEP 58840000 (AG 227)

Ligação MCNOFÁSICO  
Cte/Sic RES MTC B1 / RESIDENCIAL RESIDENCIAL  
Roteiro 4 - 227 - 15 - 1480 Referência Nov/2019  
Medidor 00009021422 Emissão 07/11/2019



ENERGISA PARABÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
Br 230, Km 25 - Centro - Jatoí - Paraíba/PB - CEP 58071-680  
CNPJ 06.095.112/0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 033 773 216  
Cód. para Débito Automático: 00000118 128

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Nov / 2019	07/11/2019	09/12/2019	082.991.374-20 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/11612-9

Canal de contato

Sarampo é grave e pode matar. Fique atento ao calendário de vacinação e se previna.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
09/10/19	2790	07/11/19	3197	1	407	29

Demonstrativo										
C.C.	Descrição	Quantidade	Tarifa U	V. Base Calc.	Alq.	Kwh/R	Base Calc.	Fio/R	Cálculo/R	
Tributos Totais (R\$) ICMS (R\$) 12% IPI (R\$) 0,5287% (R\$) 0,8679%										
0801	Consumo em kWh	407,000	0,788610	325,04	325,04	2"	87,78	325,04	2,73	12,57
0801	Adic. B Amarela	8,59	8,59	2"	1,77	8,59	3,05	0,25		
0801	Adic. B Vermelha	8,55	8,55	2"	1,58	8,55	3,05	0,23		
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA	18,80	0,00	11	0,00	0,00	3,00	0,00		
0804	JUROS DE MORA 09/2019	2,51	0,00	11	0,00	0,00	3,00	0,00		
0805	MULTA 09/2019	8,27	0,00	11	0,00	0,00	3,00	0,00		

CCl Código de Classificação do Item TOTAL 363,06 337,48 81,11 337,48 2,83 13,06  
Tabela de Tributos 0,545400

Média últimos meses (kWh) 240  
**VENCIMENTO 14/11/2019**  
**TOTAL A PAGAR R\$ 363,06**

Histórico de Consumo (kWh)  
3 | 1 | 1 | 28 | 375 | 412 | 354 | 304 | 153 | 268 | 352 | 341  
Nov/18 Dez/18 Jan/19 Fev/19 Mar/19 Abr/19 Mai/19 Jun/19 Jul/19 Ago/19 Set/19 Out/19

RESERVADO AO FISCO  
7a28 2e91 b405 68c2 fe11 37a4 cafe 39d2

Indicadores de Qualidade

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	9,91	0,00	
DIC TRIMESTRAL	11,82		NOMINAL 220
DIC ANUAL	23,04		
FIC MENSAL	3,36	0,00	CONTRATADA
FIC TRIMESTRAL	6,72		LIMITE INFERIOR 202
FIC ANUAL	13,45		LIMITE SUPERIOR 231
DMIC	3,48	0,00	
DICRI	12,22		

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energisa PB	84,12	23,18
Compra de Energia	121,24	33,38
Serviço de transmissão	12,52	3,45
Encargos Sazonais	12,61	3,47
Impostos (D. rel. e Encargos)	132,57	36,51
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>363,06</b>	<b>100,00</b>

Valor do EUI D (Ref 9/2019) R\$ 108,74

ATENÇÃO

- REATOS DE VENCIMENTO: caso a fatura seja considerada em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 22/11/2019. Conforme Resolução 4-14 da ANEEL. O pagamento após esta data não elimina a possibilidade da dívida. Suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja remunerado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para compensação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) se inicia, desconsiderar esta mensagem.  
Fatura sugere a inclusão em dívidas de proteção ao crédito no caso de inadimplência.  
- Leitura confirmada

Faturas em atraso

Out/19 312,04

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 02624.912008 08301.023175 1 80730000036306

PAGADOR: GERALDO ALVES DE SOUSA - CPF/CNPJ 082.991.374-20  
RUA JOAO LUCIO PEREIRA, 243 - CENTRO - POMBAL / PB CEP 58840000

Assinado eletronicamente por: JAQUES RAMOS WANDERLEY - 10/06/2020 17:08:00  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20061017075940700000030170422>  
Número do documento: 20061017075940700000030170422

DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL

3ª Superintendência Regional

19ª Delegacia Seccional

2ª Delegacia Distrital de Pombal

Rua Cel. João Carneiro, 288 – centro – Pombal-PB



**POLÍCIA  
CIVIL**  
PARAÍBA



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

Secretaria de Estado da  
Segurança e da Defesa Social

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 128/2020**

Versando sobre: **ACIDENTE DE TRANSITO - DPVAT**

Data do fato: 06.12.2019 – pelas 07:00 horas

Local do ocorrido: **BR 230 – próximo a Mercadinho VAZ -Pombal-PB**

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: 20.02.2020 – as 17:00 Horas

**COMUNICANTE:** **MARIA DA GUIA SOUSA NASCIMENTO**– CPF 054.416.494-61/ RG 3030755/SSP-PB, brasileira, casada, natural de Pombal-PB, agente de saúde, nascida em 02.05.1984, filha de Geraldo Leite do Nascimento e de maria de Fátima Sousa Nascimento, residente na Rua João Lúcio Pereira, 243, Jardim Rogério - Pombal-PB, **Tel:** 83 9 99250829//

**HISTÓRICO:** Que afirma o comunicante que no dia e hora acima informados, ocupava como condutora a motocicleta HONDA CBX 250 twister – ANO: 2007/2007 – COR PRETA– PLACA **MOB 8627** /PB / CHASSI: 9C2MC35007R050110, licenciada em nome de JOHNATTAN TEODORO FORMIGA; Que conduzia a motocicleta na BR 230 nas proximidades do Mercadinho VAZ, um veículo cruzou a BR e colidiu com a motocicleta, provocando o acidente; Que do acidente o comunicante teve **LUXAÇÃO NO OMBRO ESQUERDO, PANCADA NO JOELHO, FERIMENTO NO TORNOZELO**; Que a comunicante foi socorrida por terceiros o Hospital de Pombal -PB, onde foi atendida, liberada e retornou mais tarde no mesmo dia para avaliação do ortopedista; Que testemunhou o fato a pessoa de **MARIA LUCENI DE SOUSA FERNANDES**, CPF 018.417.494-51, residente a Rua Afonso Coelho Mouta, 31, Santo Amaro– Pombal-PB. Que compareceu a delegacia de Polícia, para registrar o fato, para fins de direito.

Pombal – PB, 20 de **FEVEREIRO** de 2020.

**OBS: O comunicante está cientificado das imputações cominadas nos artigos 299 e 340 do C. P. B.**

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. **JOSÉ AROLDO ASSIS DE QUEIROGA**.

COMUNICANTE: Maria da Guia Sousa Nascimento

Testemunha: Maria Luceni de Sousa Fernandes

Policial responsável pela lavratura do boletim:

Masael de Sousa Lacerda  
**Agente de Polícia Civil**  
Mat. 168345-4





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETTRAN - PB  
Nº 8923155436  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO  
VIA COD RENAVAM 201017000004768-3  
1 93363723-3 00/00000000 2010

JOHNATTAN TEODORO FORMIGA

CPF/CNPJ 06093133478  
PLACA ANT/UF 06093133478 PB  
CNPJ 9C2MC35007R050110

ESPECIE TIPO 9C2MC35007R050110  
MARCA/MODELO HONDA/CBX 250 TWISTER  
CAP/ROT/OL 2 P/249 /CT  
CATEGORIA PARTIC  
COR PRETA  
ANO FAB 2007  
ANO MOD 2007

IPVA PAGO EM 30/07/2010  
TAXA LICVIA 0  
PREMIO TARIFARIO (R\$) 0  
IOF (R\$) 0  
PREMIO TOTAL (R\$) 30/07/2010

\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

SEM RESERVA DE DOMINIO

Chefe do Posto de Trânsito de Coremas

COREMAS - PB  
38903  
14/03/2011  
31054

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PELOS QUAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VANTAGEM TRAFEGANDO EM VIA PUBLICA APRESSO A TRANSFERIR A RESPONSABILIDADE PARA O SEGURO DPVAT

PB Nº 8923155436  
BILHETE DE SEGURO DPVAT  
JOHNATTAN TEODORO FORMIGA

CPF/CNPJ 06093133478  
PLACA MOB8627/PB

BILHETE DE SEGURO DPVAT  
PB Nº 8923155436  
EXERCICIO 2010  
DATA EMISSAO 14/03/2011

JOHNATTAN TEODORO FORMIGA

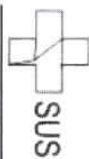
CPF/CNPJ 06093133478  
PLACA MOB8627/PB  
COD. RENAVAM 933637233 GAS  
MARCA/MODELO HONDA/CBX 250 TWISTER  
ANO FAB 2007  
ANO MOD 9  
CLASSE 9C2MC35007R050110

PREMIO TARIFARIO (R\$) 0  
IOF (R\$) 0  
PREMIO TOTAL (R\$) 0  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

CNPJ: 09.248.608/0001-04  
31054-1013372-20110314





ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE  
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CNES: 2592568 CNPJ: 08.778.268/0004-03  
NOME: HOSPITAL REGIONAL POMBAL SENADOR RUY CARNEIRO  
ENDEREÇO: RUA CEL. JOAO LEITE  
CIDADE: POMBAL ESTADO: PARAIBA UF: 25

Paciente: MARIA DA GUIA SOUSA NASCIMENTO

Mae: MARIA DE FATIMA SOUSA NASCIMENTO  
Nascimento: 02/05/1984 Idade: 35 Cor: PARDA Sexo: F  
Profissao: AGRICULTOR(A)  
Endereco: ALCIDES MACENA  
Bairro: JARDIM ROGERIO  
Cidade: POMBAL - PB - 58840-000 - 2512101 Identidade: 3030755  
CNS: 209-3777-3926-0006 Reg. Nasc.:  
CPF: Recepcionista: MONALISA  
Data / Hora: 06/12/2019 13:54:01 N. Ficha: 98046 N. Prontuario: 27541  
Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

SPO: FC: HGT: GESTANTE: SIM ( ) NAO ( ) SEMANAS  
PESO: PA: TEMP:

ANAMNESE EXAME FISICO (SUMARIO)

Paciente Maria da Guia e esposo de  
Wanderley. PB e 3 filhos  
4m velho Engenheiro Plante  
Edmundo e dois filhos e mais.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

Pronto Socorro.

RESULTADOS

→ exames de urina - elevados  
→ exames de urina - elevados  
→ exames de urina - elevados

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

01 - Eletivo  
02 - Urgência  
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA  
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO  
05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO Descrição

01 - ELETIVO  
02 - URGÊNCIA  
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA  
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO  
05 - OUTRAS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

DIAGNÓSTICO

CID-10

MEDICAÇÃO

1. PRESCRITA  
2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO

OBSERVAÇÃO  
OUTRO HOSPITAL  
RESIDÊNCIA  
ÓBITO  
INTERNAÇÃO  
OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO

1 -	0	3	0	1	0	1	0	0	7	2
2 -										
3 -	2	2	5	2	7	0				35

Ass. dos Profissionais Assistentes - carimbos

Médico / Crm / Cns

DENIS ROCHA FORMIGA - 7054 - 111-1111-1111

ASS. PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

ASS. REVISOR TÉCNICO - carimbo

ASS. REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo

 <b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde	Ministério da Saúde	<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>

Identificação do Estabelecimento de Saúde		2 - CNES
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL REGIONAL POMBAL SENADOR RUY CARNEIRO		2592568

Identificação do Paciente		4 - PRONTUÁRIO
3 - NOME DO PACIENTE <i>Adriana da Glória Jesus Mendes</i>		
5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)	6 - DATA DE NASCIMENTO	7 - SEXO
		8 - RACA / COR
9 - NOME DA MÃE		10 - TELEFONE
11 - NOME DO RESPONSÁVEL		
12 - ENDEREÇO		13 - BAIRRO
14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA - 15 UF - 16 CEP - 17 CÓD IBGE		

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO			
18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <i>Paciente apresenta dor no antebraço e dor no punho em dorso seguido. LAC.</i>			
19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <i>Tratamento cirúrgico</i>			
20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <i>HC + RX + EF</i>			
21 - DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Lux. bilateral - humerais</i>	22 - CID 10 PRINC	23 - CID 10 SEC	24 - CID 10 CAUSAS ASSOC

25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Redução + Osteotomia</i>		26 - COD PROCEDIMENTO	
27 - CLÍNICA <i>OPRO</i>	28 - CARÁTER INTERNAÇÃO	29 - DOCUMENTO ( ) CNS (X) CPF	30 - CNS/CPF PROFISSIONAL SOLIC / ASSISTENTE <i>67328403415</i>
31 - ASS. CARIMBO SOLICITANTE / ASSISTENTE <i>Dr. Ricardo CRM-PB 7054</i>		32 - DATA SOLIC. <i>06/12/2019</i>	33 - ASSINATURA CARIMBO (DIRETOR MÉDICO)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)			
34 - ACIDENTE TRÂNSITO	37 - CNPJ SEGURADORA	38 - Nº BILHETE	39 - SÉRIE
35 - ACIDENTE TRABALHO TÍPICO	40 - CNPJ EMPRESA	41 - CNAE EMPRESA	42 - CBOR
36 - ACIDENTE TRABALHO TRAJETO			
43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO			

AUTORIZAÇÃO			
44 - NOME PROFISSIONAL AUTORIZADOR	45 - COD. ÓRGÃO EMISSOR	50 - Nº AUTORIZAÇÃO INTERN. HOSPITALAR	
46 - DOCUMENTO ( ) CNS ( ) CPF	47 - Nº DOCUMENTO (CPF/CNPJ) PROFISSIONAL		
48 - DATA AUTORIZAÇÃO <i>/ /</i>	49 - ASS. CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)		





(/)

Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPRENSATRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3200090087 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO JG TORRESEG CORRETORA DE SEGUROS LTDA

BENEFICIÁRIO MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO



CPF/CNPJ: 05441649461

## Posição em 30-04-2020 15:32:27

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
30/04/2020	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
04/03/2020	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/Rsb66nHEAUl20fkKI9DbZapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75uuzNxDgvnyLbFkisA+0iiQ=)
03/03/2020	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/cAZM6UBbILYNFpplNSapi_key=f2GhmXERRx23eMQ7q1E75uuzNxDgvnyLbFkisA+0iiQ=)

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do art. 1º, inciso I, “a”, da portaria nº 01/2020 – GJ – 1ª Vara INTIMO a parte autora para fins de comprovação da alegada hipossuficiência da parte interessada, conforme faculta o art. 99, §2º do CPC/2015, e observado o disposto na Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ, **para juntar, no prazo de 15 (quinze) dias**, os seguintes documentos: **1)** das declarações de Imposto de Renda prestadas a Receita Federal nos últimos 3 (três) anos (caso seja empresário – em qualquer nível – juntar IRPJ ou similar). Caso não possua, deverá trazer aos autos declaração ou comprovação de que não declara o imposto de renda (IRPF e/ou IRPJ); **2)** O último comprovante de seus rendimentos de trabalho e/ou aposentadoria (contracheque), a depender do caso; **3)** CTPS (inclusive a parte do contrato de trabalho); **4)** Extrato dos últimos 3 meses da(s) conta(s) bancária(s) de titularidade da parte autora; **5)** Documentação referente à empresa, caso tenha se autodeclarado empresário(a); **6)** Cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso tenha se autodeclarado agricultor(a); **7)** Cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses; **8)** Guia das custas (art. 1º, §3º da Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ), caso ainda não tenha colacionado. **9)** Comprovante de ser beneficiário de benefícios destinados às famílias em situação de extrema pobreza, a exemplo do “*Bolsa Família*”. Neste ato, facultará a parte autora o direito de informar e comprovar seus eventuais gastos, caso existam, devendo, ainda, informar e comprovar, de modo fundamentado, a impossibilidade de sua apresentação, declarando a sua renda, sob pena de indeferimento do pedido.







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**1ª Vara Mista de Pombal**

PROCESSO Nº 0800556-47.2020.8.15.0301

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do art. 1º, inciso I, “a”, da portaria nº 01/2020 – GJ – 1ª Vara INTIMO a parte autora para fins de comprovação da alegada hipossuficiência da parte interessada, conforme faculta o art. 99, §2º do CPC/2015, e observado o disposto na Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ, para juntar, no prazo de 15 (quinze) dias, os seguintes documentos: 1) das declarações de Imposto de Renda prestadas a Receita Federal nos últimos 3 (três) anos (caso seja empresário – em qualquer nível – juntar IRPJ ou similar). Caso não possua, deverá trazer aos autos declaração ou comprovação de que não declara o imposto de renda (IRPF e/ou IRPJ); 2) O último comprovante de seus rendimentos de trabalho e/ou aposentadoria (contracheque), a depender do caso; 3) CTPS (inclusive a parte do contrato de trabalho); 4) Extrato dos últimos 3 meses da(s) conta(s) bancária(s) de titularidade da parte autora; 5) Documentação referente à empresa, caso tenha se autodeclarado empresário(a); 6) Cópia da inscrição como trabalhador rural junto ao sindicato correspondente, caso tenha se autodeclarado agricultor(a); 7) Cópia dos extratos de cartão de crédito da parte autora dos últimos três meses; 8) Guia das custas (art. 1º, §3º da Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ), caso ainda não tenha colacionado. 9) Comprovante de ser beneficiário de benefícios destinados às famílias em situação de extrema pobreza, a exemplo do “Bolsa Família”.



Neste ato, facultará a parte autora o direito de informar e comprovar seus eventuais gastos, caso existam, devendo, ainda, informar e comprovar, de modo fundamentado, a impossibilidade de sua apresentação, declarando a sua renda, sob pena de indeferimento do pedido.

POMBAL-PB, 16 de junho de 2020.

Analista/Técnico Judiciário



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA ÚNICA DA COMARCA DE POMBAL PARAÍBA

Processo nº: 0800556-47.2020.8.15.0301

**MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO**, já qualificado nos autos do presente processo, vem, por meio do seu bastante advogado, em atenção ao despacho dos autos, **EXPOR** e **REQUERER** o que segue.

O Magistrado determinou por despacho a juntada de vasta lista de documentos com o objetivo de comprovar a pobreza do autor, tendo em vista o requerimento de gratuidade da justiça.

Por meio da presente petição o autor **INFORMA** que a declaração de pobreza, bem como, a declaração de informando que o Autor não declara renda, encontram-se anexadas nos autos no id nº 31453512 / FLS. 03/04.

Com relação ao último comprovante de rendimento / trabalho, **INFORMA** que requer a juntada da CTPS, a qual consta que o último vínculo da autora encerrou no ano de 2017, e desde então, a mesma encontra-se desempregada, sua única renda no momento advém de um bolsa família, a qual faz prova com a juntada do cartão, em anexo.

Com relação aos extratos bancários dos últimos três meses, ora solicitados, **REQUER** a juntada dos mesmos, demonstrando que não há movimentações significativas na conta da promovente, tão somente, sendo creditado o benefício emergencial concedido pelo governo.

Informa que não possuiu cartão de crédito, razão pela qual, não faz juntada das suas faturas.

**REQUER**, por fim, a juntada da guia de custas judiciais, no valor total de R\$ 208,47 (duzentos e oito reais e quarenta e sete centavos).

Assim, pugna pelo deferimento integral dos benefícios da justiça gratuita, tendo em vista que o presente procedimento é de simples resolução, e não importando custas relevantes ao judiciário, além do que o autor é pobre na forma da lei.

*Termos em que,*

*Pede deferimento.*

Pombal, Paraíba, 15 de julho de 2020.

Dr. **Jaques Ramos Wanderley**

Dr.<sup>a</sup> **Thaís Nóbrega de Souza**






OAB/PB 11.984



OAB/PB 22.419





 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 030.0.20.00519/01
			<b>Data de emissão:</b> 15/07/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0800556-47.2020.815.0301	<b>Comarca:</b> Pombal	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/07/2020
<b>Número da</b> 030.2020.600519 <b>Tipo da</b> Custas Iniciais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 155,34 - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO <b>Valor da causa:</b> R\$ 3.037,50			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Valor total:</b> R\$ 208,47
866700000023 084709283182 520200731039 002000519013 			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 208,47

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 030.0.20.00519/01
			<b>Data de emissão:</b> 15/07/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0800556-47.2020.815.0301	<b>Comarca:</b> Pombal	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/07/2020
<b>Número da</b> 030.2020.600519 <b>Tipo de</b> Custas Iniciais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Promovente</b> MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. <b>Valor da causa:</b> R\$ 3.037,50			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 155,34 - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 208,47
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 208,47

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 030.0.20.00519/01
			<b>Data de emissão:</b> 15/07/2020
<b>Nº do Processo:</b> 0800556-47.2020.815.0301	<b>Comarca:</b> Pombal	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/07/2020
<b>Número da</b> 030.2020.600519 <b>Tipo de</b> Custas Iniciais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,78
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 155,34 - Taxa Judiciária: R\$ 51,78 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO <b>Valor da causa:</b> R\$ 3.037,50			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			<b>Valor total:</b> R\$ 208,47
866700000023 084709283182 520200731039 002000519013 			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 208,47





Digitalizado com CamScanner





TRABALHADOR

Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo atual Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 3452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego na atividade profissional.

Na Nota deve-se registrar todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conteúdo de instrução contido neste documento e o seu estado de conservação, especificam e produzem qualificação nas atividades profissionais do seu portador.

Por sua importância, é seu dever protegê-la e cuidar para que não se perca o registro de sua vida. Profissional e cidadão, garante a preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, ~~de seus direitos~~ ~~de seu futuro~~ ~~de seus~~ ~~dependências~~ tendo, também, como

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: [WWW.MTE.GOV.BR](http://WWW.MTE.GOV.BR)



**MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO**

FILIAÇÃO.....: MARIA DE FATIMA SOUSA NASCIMENTO  
GERALDO LEITE DO NASCIMENTO

**NASCIMENTO....:** 02/05/1984

**ESTADO CIVIL...: SOLTEIRO**

**NATURALIDADE:** POMBAL - PB

DOCUMENTO.....: R.G. - 3030755 - 18/06/2002 - SSDS - PB

**LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1996**

**CPF:** 054.416.494-61

**CNH....:**

**TIT. ELEITOR:**

**SEÇÃO:**

**ZONA:**

**LOCAL DE EMISSÃO: CCID - POMBAI**

DATA DE EMISSÃO... 19/07/2017

*Signature of [illegible]*

**SEVERINO PEREIRA DANTAS**  
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego/PB  
ASSINATURA DO EMISSOR

ASSINATURA DO EMBOSOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO

ALTERA



## DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO  
FACTOR RH

DIABETE  
☐ SIM  
☐ NÃO

HEMOFILIA  
☐ SIM  
☐ NÃO

### ALERGIAS

☐ SIM  
☐ NÃO

DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. n° 879, de 12 de julho de 1993)

☐ SIM  
☐ NÃO

### CARTEIRAS ANTERIORES

NÚMERO 55909 SÉRIE 00027 UF PB DATA DE EMISSÃO 27/05/2002

20/07/2017 *Ass. Mat. 644.741-4*

NÚMERO SÉRIE UF DATA DE EMISSÃO

NÚMERO SÉRIE UF DATA DE EMISSÃO

NÚMERO SÉRIE UF DATA DE EMISSÃO



## CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR.....

CGC/CPF/CEI.....

ENDEREÇO.....

MUNICÍPIO.....UF.....

ESP. DO ESTABELECIMENTO.....

CARGO.....

.....CBO N°.....

DATA DE ADMISSÃO.....DE.....DE.....

REGISTRO N°.....FLS. / FICHA.....

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA.....

.....

.....

.....

.....

DATA DE SAÍDA.....DE.....DE.....

.....

.....

.....

COM. DISPENSA CD N°.....

FGTS N° DA CONTRA.....

06

07





AUTOATENDIMENTO - POMBAL/PB  
DATA: 15/07/2020 HORA: 10:45:29  
TERMINAL: 07321779 CONTROLE: 073217790117

AGÊNCIA: 0732 - POMBAL  
CONTA: 013.00043673-0  
CLIENTE: MARIA DAGUIA SOUSA NASCIM

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERENCIA  
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO	DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
SALDO ANTERIOR				1,47C
Julho				
04/07	000000	REM BASICA		0,00C
RESUMO EM 14/07				
SALDO				1,47C
RESUMO DO DIA				
SALDO DISPONIVEL				1,47C
SALDO BLOQUEADO				0,00
SALDO TOTAL				1,47C



AUTOATENDIMENTO - POMBAL/PB  
DATA: 15/07/2020 HORA: 10:44:45  
TERMINAL: 07321779 CONTROLE: 073217790114

AGÊNCIA: 0732 - POMBAL  
CONTA: 013.00043673-0  
CLIENTE: MARIA DAGUIA SOUSA NASCIM

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERENCIA  
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO	DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
SALDO ANTERIOR				1,47C
Junho				
04/06	000000	REM BASICA		0,00C
19/06	000000	REM BASICA		0,00C
24/06	000000	BOLSA FAMI		600,00C
24/06	241627	SAQUE ATM		600,00C
RESUMO EM 30/06				
SALDO				1,47C



AUTOATENDIMENTO - POMBAL/PB  
DATA: 15/07/2020 HORA: 10:43:58  
TERMINAL: 07321779 CONTROLE: 073217790111

AGÊNCIA: 0732 - POMBAL  
CONTA: 013.00043673-0  
CLIENTE: MARIA DAGUIA SOUSA NASCIM

EXTRATO MOVIMENTO PARA SIMPLES CONFERENCIA  
MESES ANTERIORES

MOVIMENTAÇÃO	DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
SALDO ANTERIOR				1,47C
Melo				
04/05	000000	REM BASICA		0,00
19/05	000000	REM BASICA		0,00
25/05	000000	BOLSA FAMI		600,00
25/05	251556	SAQUE ATM		600,00
RESUMO EM 31/05				
SALDO				1,47C



## DECISÃO

1. Não havendo nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, DEFIRO o pedido de justiça gratuita, sem prejuízo de sua impugnação, na forma do art. 100, do NCPC.

2. Em que pese o contido no art. 334, do NCPC, tem-se que a prática forense tem revelado que a demandada não costuma promover autocomposição.

3. Desse modo, torna-se infrutífera a designação de audiência de conciliação, quando já visualizada a sua não realização. Ademais, a designação desse ato, quando improvável a sua realização, atenta frontalmente contra o princípio da celeridade processual. Assim, deixo de designar a dita audiência.

4. Nesse passo, CITE-SE o réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente resposta.

Guarabira, data e assinatura eletrônicas.

**ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO**

Juiz de Direito



**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

De ordem do MM. Juiz da 1ª Vara de Pombal/PB e com amparo no art. 93, inciso XIV, da CF c/c o art. 203, § 4º, do Novo CPC, além do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça e do inciso I, do art. 1º, da PORTARIA Nº 03/2020 – GJ – 1ª VARA, e em atenção, ainda, à Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS nº 01 de 15 de Dezembro de 2016, **nomeio o(a) perito Dr(a). Thiago Martins Formiga, médico ortopedista, CRM-PE 2441**, para realização da perícia médica, no dia **09 de outubro de 2020 às 10h20min**, no Centro Medico Ozias Arruda Neto - **CEMOAN**, localizado na Rua Vicente de Paula Leite, 601 - Jardim Rogério, Pombal - PB, 58840-000, telefone (83) 3431-1531, concedendo-lhe o prazo de dez dias para apresentação do laudo, a contar da data do exame médico a ser realizado no(a) promovente (art. 465 do CPC). Informe-se a(o) médico(a) nomeado(a) que será paga a quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais) pelo exame pericial, em conformidade com o Convênio 015/2014, o qual foi firmado entre a Seguradora Líder e o Tribunal de Justiça, onde restaram estabelecidos os parâmetros para a designação e pagamento dos peritos judiciais em feitos vinculados ao seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre – DPVAT. **Ficando as partes intimadas para, no prazo de cinco dias, indicarem os assistentes técnicos e formularem seus quesitos, caso não os tenham apresentado, bem como para tomarem ciência da data do exame pericial.** Fica o(a) promovente, intimado por meio do advogado habilitado, para comparecer, na data e local designados, portando exames, receituário, laudo e/ou qualquer outro documento relativo a atendimento médico relacionado a patologia noticiada na exordial. O perito deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, podendo elas comparecerem ao ato acompanhadas de assistente técnico. Juntado o laudo, intemem-se as partes para conhecimento, podendo falar em quinze dias. No mesmo prazo, ficará a seguradora intimada para efetuar o depósito dos honorários do perito. Notifique o representante do Ministério Público, caso haja a presença de incapaz.







**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**1ª Vara Mista de Pombal**

PROCESSO Nº 0800556-47.2020.8.15.0301

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**EXPEDIENTE DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA PARTE PROMOVIDA PARA PERÍCIA MÉDICA**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). , MM Juiz(a) de Direito deste 1ª Vara Mista de Pombal, fica CITADA a promovida: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. por todos os atos do processo acima mencionado, para querendo, apresentar defesa, ficando **INTIMADA** para tomar ciência da nomeação do perito **Dr(a). Thiago Martins Formiga**, médico ortopedista, CRM-PE 2441, com honorários no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em conformidade com o Convênio 015/2014, para realização de perícia médica no **09 de outubro de 2020 às 10h20min**, no Centro Medico Ozias Arruda Neto - **CEMOAN**, localizado na Rua Vicente de Paula Leite, 601 - Jardim Rogério, Pombal - PB, 58840-000, telefone (83) 3431-1531, devendo oferecer, **no prazo de 15 (quinze) dias**, seus quesitos, bem como indicar os assistentes técnicos e apresentar cópia do processo administrativo pertinente.

POMBAL-PB, 30 de julho de 2020.





Analista/Técnico Judiciário





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**1ª Vara Mista de Pombal**

PROCESSO Nº 0800556-47.2020.8.15.0301

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

INTIMAÇÃO -ADVOGADO DA PARTE AUTORA

**INTIMAÇÃO -ADVOGADO DA PARTE AUTORA**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito deste 1ª Vara Mista de Pombal, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação em epígrafe, fica a parte autora, através de seu(s) advogado(s) abaixo indicado(s), INTIMADA(s) para tomar ciência da nomeação do perito Dr(a). Thiago Martins Formiga, médico ortopedista, CRM-PE 2441 para realização de perícia médica no 09 de outubro de 2020 às 10h20min, no Centro Medico Ozias Arruda Neto - CEMOAN, localizado na Rua Vicente de Paula Leite, 601 - Jardim Rogério, Pombal - PB, 58840-000, telefone (83) 3431-1531, devendo o causídico providenciar o comparecimento do(a) autor(a) na data e local designados, portando



exames, receituário, laudo e/ou qualquer outro documento relativo a atendimento médico relacionado a patologia noticiada na exordial, bem como deverá, no prazo de cinco dias, indicar os assistentes técnicos e formular seus quesitos, caso não os tenham apresentado.

POMBAL-PB, 30 de julho de 2020.

Analista/Técnico Judiciário



**1ª Vara Mista de Pombal**  
**Rua José G. de Santana, 414, Centro, POMBAL - PB - CEP: 58840-000**  
**POMBAL**  
**( )**

Nº do processo: 0800556-47.2020.8.15.0301  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [Seguro]

Autor: Nome: MARIA DAGUIA SOUSA NASCIMENTO  
Endereço: Rua Joao Lucio Pereira, 243, Centro, POMBAL - PB - CEP: 58840-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Endereço: R SENADOR DANTAS, 76, 3 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

**MANDADO INTIMAÇÃO AUTOR (PERÍCIA DPVAT)**

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito deste 1ª Vara Mista de Pombal, e em cumprimento a determinação constante dos autos da ação em epígrafe, intime-se o(a) autor(a) para comparecer, **sob pena de extinção do processo**, à perícia médica **no dia 09 de outubro de 2020 às 10h20min**, a ser realizada pelo médico Dr. Thiago Martins Formiga, CRM-PE 2441, no Centro Medico Ozias Arruda Neto - **CEMOAN**, localizado na Rua Vicente de Paula Leite, 601 - Jardim Rogério, Pombal - PB, 58840-000, telefone (83) 3431-1531, **munido de exames, receituário, laudo e/ou qualquer outro documento relativo a atendimento médico relacionado a doença, bem como estar usando máscara facial que proteja o nariz e a boca e evitar aglomeração chegando no horário certo e saindo logo após o procedimento médico.**

POMBAL, em 30 de julho de 2020.

De ordem, KATYANA ALENCAR MARTINS  
Mat.

